



# Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

## Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Sobre a Companhia

**1.1 Aos acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 03 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 - Ouro é um monorrelé com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Esperaiadas e Guido Caloi). **1.3 Contrato de Concessão:** O Contrato de Concessão foi assinado em 05 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A Concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo: **Fase Pré-Operacional** - iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (05 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Concessionária ViaMobilidade. **Fase I** - a Fase I previa o início da operação comercial da Linha 5 - Lilás completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, iniciou-se em 04 de agosto de 2018 com a Operação Comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II** - Iniciou-se em 08 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento sem previsão de término. Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. **1.4 Destaques de 2019:** Em 08 de abril de 2019 foi inaugurada a estação Campo Belo. Futuramente, a estação terá integração com a Linha 17 - Ouro. Outro destaque relevante foi a certificação da ISO 9001, antecipada em 2 anos e 5 meses em relação ao prazo do Contrato de Concessão. **1.5 Destaques Operacionais:** A ViaMobilidade transportou

166 milhões de passageiros em 2019. Em 29 de novembro de 2019, obteve seu recorde diário, tendo transportado 643.796 pessoas. Durante o horário de pico a operação roda com 25 dos 26 trens da frota P - CAF. A frota ainda dispõe de 8 trens da frota F - Alstom.

### 2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ mil	07/03/2018 (data da constituição)		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação %
Receita líquida	399.162	121.021	230%
(-) Custos e despesas	(289.316)	(99.592)	191%
(-) Resultado financeiro líquido	(42.594)	(35.224)	21%
Imposto de renda e contribuição social	(21.641)	4.533	-577%
Equivalência patrimonial	14.522	1.546	839%
Lucro (prejuízo) líquido	60.133	(7.716)	879%
Dívida bruta	630.955	625.016	1%
Investimentos	47.213	48.258	-2%

A variação do desempenho econômico financeiro deve-se principalmente pela Companhia ter sido constituída em 07 de março de 2018, no exercício de 2018, a quantidade de estações em operação ser inferior a operação de 2019. Maiores detalhes verem 1.3 Contrato de concessão. **2.1 Dividendos intermediários:** Em outubro de 2019, após somente um ano de operação, a ViaMobilidade realizou a 1ª distribuição de Dividendos aos seus Acionistas, no valor de R\$ 41.944. **2.2 Destaque JCP:** Em dezembro de 2019, a Companhia fez o destaque e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio no valor bruto de R\$ 4.408.

### 3. Estratégia e Gestão

**3.1 Governança Corporativa:** A Concessionária possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **3.2 Gestão de Pessoas:** A Concessionária acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

### 4. Sustentabilidade

A ViaMobilidade tem o compromisso com a sustentabilidade, que está baseado no tripé econômico, ambiental e social. O objetivo da Concessionária é desenvolver o negócio preservando o meio ambiente e a qualidade de vida da população de São Paulo. Em 2019, a ViaMobilidade desenvolveu 86 atividades com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Muitas dessas ações foram realizadas nas estações da linha com o objetivo de levar aos 559 mil usuários (média em dias úteis) da Linha 5-Lilás atrações artísticas e culturais de diversas linguagens. Essas atividades humanizam e ativam culturalmente os espaços de modo que a estação de metrô deixa de ser um ambiente somente de passagem para se tornar um lugar de lazer, convivência e conhecimento. Foram realizadas 68 exposições em 2019, como:

• Visite o Chile; • Um Grito de Alerta; • Belezas do Brasil - Penedo; • Outubro Rosa; • Restô; • Cine Favela; e • Faces da Reabilitação. A concessionária desenvolveu ações sociais em parceria com outras instituições, órgãos e empresas, beneficiando a população no entorno das estações da Linha 5-Lilás. Foram realizadas 54 campanhas com o tema saúde, bem-estar e cultura. Entre elas estão: • Vacinação Febre Amarela; • Setembro Amarelo - CVV; • Dia Nacional PCD; • Dia Mundial de Combate à Hipertensão; • Dia dos Homens; e • Arte na Rua - Natal. Vale destacar que em dezembro de 2019 aconteceu a segunda Aula de Superioga na ViaMobilidade. A ação ocorreu nas Estações Eucaliptos e Moema com o objetivo de promover a conscientização das pessoas sobre a importância dos cuidados com a saúde, não apenas quando são acometidas por alguma doença, mas também no seu dia-a-dia. **4.1 Prêmios e reconhecimentos:** • Projeto premiado: A ViaMobilidade teve um colaborador entre os finalistas do Prêmio Ferroviário Padrão da Revista Ferroviária, em setembro de 2019, com projeto implantado na área de Engenharia Elétrica. • Selo Empresa Positiva: Pelo trabalho contínuo de conscientização para prevenção contra HIV/Aids, a ViaMobilidade foi uma das instituições homenageadas em dezembro de 2019 pelo Programa Municipal de DST/Aids, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo recebendo o Selo de Empresa Positiva. • Ordem do Mérito do Transporte - CNT: A ViaMobilidade foi homenageada em dezembro de 2019 com a Ordem do Mérito do Transporte - a Medalha JK. A premiação foi oferecida ao Presidente da Concessionária, como um dos profissionais que se destacaram em 2018 pela prestação de serviços relevantes no setor de transporte. A Medalha JK é concedida pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) desde 1991. • Pesquisa de Satisfação: A qualidade do serviço prestado pela ViaMobilidade foi comprovada mais uma vez pela Pesquisa de Satisfação, realizada em outubro de 2019. O levantamento, realizado pelo instituto Data Folha, em parceria com a empresa Somar, apontou que o serviço prestado foi aprovado, ou seja, considerado como "ótimo" ou "bom", por 84,4% dos usuários.

### 5. Considerações Finais

**5.1 Agradecimentos:** A Concessionária agradece a todos os nossos usuários e aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 26 de março de 2020.

A Administração.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota			Passivo	Nota		
	2019	2018			2019	2018	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.707	1.109	Debêntures	13	31.744	28.127
Aplicações financeiras	6	76.900	74.920	Fornecedores		11.845	5.031
Contas a receber	7	8.879	19.635	Fornecedores - partes relacionadas	9	836	684
Contas a receber - partes relacionadas	9	166	112	Impostos e contribuições a recolher		5.374	624
Dividendos a receber	9	3.449	383	Obrigações com poder concedente	20c	828	432
Tributos a recuperar		1.403	611	Obrigações sociais e trabalhistas	14	18.301	10.135
Despesas antecipadas		5.874	4.977	Provisão de energia elétrica e IPTU		4.400	6.420
Adiantamento a fornecedores		226	361	Outras contas a pagar		3.986	-
Estoques		10.453	3.986	Total do passivo circulante		77.314	51.453
Outros créditos		296	66	<b>Não circulante</b>			
Total do ativo circulante		121.353	106.160	Debêntures	13	599.211	596.889
<b>Não circulante</b>				Obrigações sociais e trabalhistas	14	64	-
<b>Realizável a longo prazo</b>				Total do passivo não circulante		599.275	596.889
Estoques		6.662	-	<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos judiciais		9	-	Capital social	16a	89.000	68.975
Impostos diferidos	8b	3.505	4.533	Reserva legal	16b	2.621	-
		10.176	4.533	Dividendos adicional proposto	16c	3.444	-
<b>Investimentos</b>	10a	18.234	1.223	Prejuízos acumulados		-	(7.716)
<b>Imobilizado</b>	11	15.413	11.987			95.065	61.259
<b>Intangível</b>	12	584.957	570.128	Total do passivo e patrimônio líquido		771.654	709.601
<b>Intangível em construção</b>	12	21.521	15.570				
Total do ativo não circulante		650.301	603.441				
Total do ativo		771.654	709.601				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	07/03/2018 (data da constituição)	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</b>	60.133	(7.716)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.028	(4.533)
Depreciação e amortização	24.125	4.841
Baixa do ativo imobilizado	291	-
Equivalência patrimonial	(14.522)	(1.546)
Varição cambial fornecedores estrangeiros	(8)	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	49.174	37.738
Provisão de energia elétrica e IPTU	(2.020)	6.420
Constituição da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	28	-
Capitalização de custos de empréstimos	(1.409)	-
	116.820	35.204
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
<b>Aumento dos ativos</b>		
Contas a receber	10.756	(19.635)
Contas a receber - partes relacionadas	(54)	(112)
Tributos a recuperar	(792)	(611)
Dividendo recebido	1.485	-
Estoques	(13.129)	(3.986)
Adiantamento a fornecedores	135	(361)
Despesas antecipadas e outros créditos	(1.136)	(5.043)
<b>Aumento dos passivos</b>		
Fornecedores	6.822	5.031
Fornecedores - partes relacionadas	152	684
Obrigações sociais e trabalhistas	8.230	10.135
Obrigações com poder concedente	396	432
Impostos e contribuições a recolher	18.292	624
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(13.542)	-
Pagamento de riscos cíveis e trabalhistas	(28)	-
Outras contas a pagar	3.986	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	138.393	22.362
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.794)	(11.987)
Adição de ativo intangível	(40.419)	(590.539)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(1.980)	(74.920)
Aumento de capital em investida	(7.040)	(60)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	(56.233)	(677.506)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Debêntures	-	1.192.968
Captações	-	(600.000)
Pagamentos de principal	(43.235)	(5.690)
Pagamentos de juros		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos a acionistas controladores	(46.352)	-
Integralização do capital social	20.025	68.975
<b>Caixa líquido (usado nas)/proveniente das atividades de financiamento</b>	(69.562)	656.253
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	12.598	1.109
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.109	-
No final do exercício	13.707	1.109
	12.598	1.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Resultado	07/03/2018 (data da constituição)	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	124.368	22.975
<b>Resultado financeiro</b>	18	(42.594)
<b>Lucro/(prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	81.774	(12.249)
<b>Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos</b>	8a	(21.641)
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</b>	60.133	(7.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
Constituição da Companhia em 07 de março de 2018	10	(10)	-	-	-	-
Aumento do capital social em 19 de março de 2018	88.990	(88.990)	-	-	-	-
Integralização de capital em 08 de março de 2018	-	1	-	-	-	1
Integralização de capital em 26 de março de 2018	-	1.483	-	-	-	1.483
Integralização de capital em 27 de março de 2018	-	7.416	-	-	-	7.416
Integralização de capital em 27 de junho de 2018	-	50.000	-	-	-	50.000
Integralização de capital em 14 de dezembro de 2018	-	10.075	-	-	-	10.075
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(7.716)	(7.716)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	89.000	(20.025)	-	-	(7.716)	61.259
Integralização de capital em 26 de março de 2019	-	20.025	-	-	-	20.025
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.133	60.133
Destinações:						
Distribuições de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019	-	-	-	-	(41.944)	(41.944)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.408)	(4.408)
Reserva legal	-	-	2.621	-	(2.621)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	3.444	(3.444)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	89.000	-	2.621	3.444	-	95.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do resultado do exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Resultado	07/03/2018 (data da constituição)	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	17	399.162
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
Custo com pessoal	(90.590)	(32.544)
Custo de construção	(33.914)	(14.124)
Serviços	(35.524)	(13.056)
Depreciação e amortização	(23.077)	(4.841)
Custos com poder concedente	(7.832)	(1.764)
Materiais, equipamentos e veículos	(11.132)	(3.590)
Água, telefone e internet	(2.025)	(594)
Energia elétrica	(41.564)	(12.751)
IPTU	(4.400)	-
Seguros	(6.205)	(2.378)
Outros	(717)	(102)
	(256.980)	(85.744)
<b>Lucro bruto</b>	142.182	35.277
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(17.553)	(5.625)
Serviços	(9.589)	(5.785)
Depreciação e amortização	(1.048)	-
Materiais, equipamentos e veículos	(630)	(680)
	(29.820)	(12.100)
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</b>	60.133	(7.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





continuação

## CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., "ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária", domiciliada na Estrada de Itapeperica, nº 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Companhia foi constituída em 07 de março de 2018 e assinou o contrato de Concessão em 05 de abril de 2018. A Five Trilhos - Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos"), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas acessórias da Companhia. A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 - Lilás, que ocorreu em 04 de agosto de 2018.

**2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capita-

lizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de concessão - vide item "l". • Direito de uso e custo de sistemas informatizados e em andamento. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimada. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "m". Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** a) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. b) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impairred*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chave consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseados em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos

sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **m) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCP 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 12). **n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, a seguinte norma: • **CPC 06 - Arrendamentos:** O CPC 06 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03. Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06. • **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15); - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

**3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4 (a) desse Pronunciamento. Sendo assim, sua controladora direta CCR S.A., está apresentando as demonstrações consolidadas. Em 26 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**  
2m Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01  
8b Impostos diferidos  
12 Amortização dos ativos intangíveis

**4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação;

continua



continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentados as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 13. O reajuste da tarifa é feito pela variação do IPC (85%) e da energia elétrica (15 %) em fevereiro de cada ano. Em 2019 o reajuste foi de 5,31%. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previsto em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Debêntures (a)	43.783	635.251
Fornecedores	11.845	-
Fornecedores - partes relacionadas	836	-
Obrigações com o poder concedente	828	-
Outras contas a pagar	3.986	-

(a) Valores brutos dos custos de transação

	2019	2018
Caixa e bancos	103	1.109
Aplicações financeiras	-	-
CDB	13.604	-
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13.707</b>	<b>1.109</b>
Aplicações financeiras	-	-
CDB	76.900	74.920
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<b>76.900</b>	<b>74.920</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,45% do CDI, equivalente a 5,84% ao ano (99,42% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Receitas tarifárias (a)	8.879	19.635
	8.879	19.635

(a) Crédito a receber da SPTrans – São Paulo Transportes S.A., decorrentes de serviços prestados aos usuários. Em 31 de dezembro de 2018 também contempla o contas a receber referente a receita de mitigação de risco de demanda.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	07/03/2018 (data da constituição) à 31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	81.774	(12.249)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(27.803)	4.165
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-
Equivalência patrimonial	4.937	526
Despesas indedutíveis	(545)	(33)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(308)	(125)
Juros sobre o capital próprio	1.499	-
Outros ajustes tributários	579	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.641)	4.533
Impostos correntes	(20.613)	-
Impostos diferidos	(1.028)	4.533
	(21.641)	4.533
Alíquota efetiva do imposto	26,46%	37,01%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019			
	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo diferido	Passivo diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	2.376	(2.376)	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	2.063	2.063	2.063
Amortização custo de transação	(1.830)	773	(1.057)	-
Despesas pré operacionais	1.778	(389)	1.389	1.389
Provisão de energia elétrica/IPTU	2.183	(687)	1.496	1.496
Custos dos empréstimos capitalizados	-	(476)	(476)	-
Outros	26	64	90	90
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	4.533	(1.028)	3.505	5.038
Compensação de imposto	-	-	-	(1.533)
Imposto líquido ativo (passivo)	4.533	(1.028)	3.505	3.505

	2018			
	Reconhecido no resultado de 07/03/2018 a 31/12/2018	Valor líquido	Ativo diferido	Passivo diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	2.376	2.376	2.376	-
Amortização custo de transação	(1.830)	(1.830)	-	(1.830)
Despesas pré operacionais	1.778	1.778	1.778	-
Provisão de energia elétrica	2.183	2.183	2.183	-
Outros	26	26	26	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	4.533	4.533	6.363	(1.830)
Compensação de imposto	-	-	(1.830)	1.830
Imposto líquido ativo (passivo)	4.533	4.533	4.533	-

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	31/12/2019		2019		
	Despesas/custos com serviços Prestados		Ativo	Passivo	
		Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores	
<b>Controladora</b>					
CCR	2.639 (a)	-	-	-	208 (a)
<b>Controlada</b>					
Five Trilhos	-	-	-	3.449 (e)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>					
CPC	1.762 (b)	10 (c)	-	-	139 (b)
Samm	93 (d)	-	-	-	-
AutoBAn	-	8 (c)	-	-	3 (c)
Linha 15	-	14 (c)	-	-	-
Metró Bahia	-	12 (c)	-	-	14 (c)
ViaOeste	-	-	-	-	3 (c)
ViaQuatro	-	120 (c)	-	-	469 (c)
ViaSul	-	2 (c)	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2019	4.494	166	3.449	-	836

	Transações		Saldos		
	07/03/2018 (data da constituição) à 31/12/2018		2018		
	Despesas/custos com serviços Prestados		Ativo	Passivo	
		Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores	
<b>Controladora</b>					
CCR	2.578 (a)	-	-	-	269 (a)
<b>Controlada</b>					
Five Trilhos	-	-	-	383 (e)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>					
CPC	1.271 (b)	-	-	-	199 (b)
Samm	45 (d)	-	-	-	-
Barcas	-	-	-	-	32 (c)
Metró Bahia	-	-	-	-	58 (c)
ViaQuatro	-	112 (c)	-	-	123 (c)
ViaOeste	-	-	-	-	3 (c)
Total, 31 de dezembro de 2018	3.894	112	383	-	684

Despesas com profissionais chave da administração

	07/03/2018 (data da constituição) à 31/12/2019	31/12/2019
Remuneração (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	954	900
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	367	-
Complemento de PPP do ano anterior pago no ano	866	-
PPP do ano pago no exercício	-	500
Previdência privada	51	40
Seguro de vida	3	2
	2.241	1.442

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (f)	452	115

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.600. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (d) Prestação de serviços de transmissão de dados; (e) Refere-se a dividendos a receber Five Trilhos; e (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Investimentos: a) Composição dos investimentos

Participação	Patrimônio Líquido da investida		Investimentos		Resultado líquido do exercício		Resultado de equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Five Trilhos 100%	18.234	1.223	18.234	1.223	14.522	1.546	14.522	1.546
<b>Total de investimentos</b>	<b>18.234</b>	<b>1.223</b>	<b>18.234</b>	<b>1.223</b>	<b>14.522</b>	<b>1.546</b>	<b>14.522</b>	<b>1.546</b>

b) Informações financeiras resumidas

Participação	Total do ativo		Total do Passivo		Receitas brutas		Lucro líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Five Trilhos 100%	23.273	1.891	5.039	668	17.540	1.920	14.522	1.546
<b>Total de investimentos</b>	<b>23.273</b>	<b>1.891</b>	<b>5.039</b>	<b>668</b>	<b>17.540</b>	<b>1.920</b>	<b>14.522</b>	<b>1.546</b>

c) Movimentação do investimento

	2019		2018	
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos
Five Trilhos	1.223	14.522	7.040	(4.551)
<b>Total</b>	<b>1.223</b>	<b>14.522</b>	<b>7.040</b>	<b>(4.551)</b>

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	07/03/2018 (data da constituição)		2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final/inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios	-	-	-	-	2.801	-	2.801
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	8.995	-	8.995
Veículos	-	-	-	-	2.814	-	2.814
Imobilizações em andamento	-	11.987	11.987	7.119	(16.412)	(291)	2.403
<b>Total custo</b>		<b>11.987</b>	<b>11.987</b>	<b>7.119</b>	<b>(1.802)</b>	<b>(291)</b>	<b>17.013</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	-	-	-	(222)	-	(222)
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	(835)	-	(835)
Veículos	24	-	-	-	(543)	-	(543)
<b>Total depreciação</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>	<b>(1.600)</b>
<b>Total geral</b>		<b>11.987</b>	<b>11.987</b>	<b>5.519</b>	<b>(1.802)</b>	<b>(291)</b>	<b>15.413</b>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. (b) Refere-se a ativo imobilizado baixado para o custo.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 325 em 2019. A taxa média de capitalização em 2019 foi de 6,92% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo final
<b>Valor de custo</b>					
Direitos de exploração da infraestrutura	-	20.701	-	35.242	55.943
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	-	1.673	1.673
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	310	129	439	-
Direitos da concessão	-	554.268	-	554.268	-
<b>Intangível</b>		<b>574.969</b>	<b>310</b>	<b>37.044</b>	<b>612.323</b>
<b>Intangível em construção</b>		<b>15.570</b>	<b>41.193</b>	<b>(35.242)</b>	<b>21.521</b>
<b>Total do custo</b>		<b>590.539</b>	<b>41.503</b>	<b>1.802</b>	<b>633.844</b>
<b>Valor de amortização</b>					
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(174)	(1.603)	-	(1.777)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(206)	-	(206)
Direitos da concessão	(b)	(4.667)	(20.716)	-	(25.383)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais		Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	
	CDI + 1,75% a.a.						2019	2018
1ª Emissão - série única	2,148%	(a)	6,680	3.110	Abri de 2021	630.955	625.016	
<b>Total geral</b>				<b>3.110</b>		<b>630.955</b>	<b>625.016</b>	
<b>Circulante</b>								
Debêntures						34.065	30.398	
Custos de transação						(2.321)	(2.271)	
						<b>31.744</b>	<b>28.127</b>	
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures						600.000	600.000	
Custos de transação						(789)	(3.111)	
						<b>599.211</b>	<b>596.889</b>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantias:** (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

continua





CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

continuação  
**Cronograma de desembolsos (não circulante)** 2019  
 2021 600.000  
 600.000

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 16 de maio de 2018, foram integralizadas a 1ª emissão de debêntures em série única, no valor nominal total de R\$ 600.000, com vencimento em 03 de abril de 2021. A remuneração é de CDI + 1,75% a.a., sendo que os juros serão pagos anualmente, no mês de abril e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pelas acionistas na proporção de suas participações no capital. Como cláusulas restritivas desta emissão, a Companhia não poderá distribuir dividendos e não poderá contratar endividamento adicional com terceiros em montante superior a R\$ 180.000. Em 18 de outubro de 2019 foi aprovada, pela assembleia geral de debenturistas, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 41.944, pagos em 29 de outubro de 2019. Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento da outorga e/ou investimentos.

14. Obrigações sociais e trabalhistas	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Salários e remunerações a pagar	3.075	2.948
Benefícios a pagar	22	43
Previdência privada	79	87
Gratificações e participações a pagar	6.337	-
Encargos sociais e previdenciários	2.770	2.557
Provisão para férias	6.018	4.500
	18.301	10.135

**Não circulante**  
 Gratificações e participações a pagar 64 -

**15. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2018	2019
<b>Não circulante</b>		
Cíveis e administrativos	-	(1)
Trabalhistas	27	(27)
	28	(28)

**16. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. Em 26 de março de 2019 foram integralizados na proporção das suas acionistas R\$ 20.025, totalizando o capital subscrito de R\$ 89.000 (R\$ 1 por ação ordinária).

	2019	2018
CCR S.A.	83,34% 74.172.600	83,34% 74.172.600
Ruasinvest Participações S.A.	16,66% 14.827.400	16,66% 14.827.400
	100,00% 89.000.000	100,00% 89.000.000

**b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 28 de outubro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários dos lucros apurados no período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2019, no montante de R\$ 41.944, correspondente a R\$ 0,47128583180 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 29 de outubro de

2019. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendo adicional no montante de R\$ 3.444, a serem aprovados na AGO de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	60.133
Absorção do prejuízo acumulado	(7.716)
	52.417
(-) Constituição de reserva legal	2.621
Lucro líquido ajustado	49.796
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	12.449
Juros sobre capital próprio pagos	(4.408)
Dividendos intermediários aprovados e pagos	(41.944)
Total	(46.352)

**d. Juros sobre o capital próprio:** Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o destaque pela Companhia de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 4.408, correspondente a R\$ 0,04952937955 por ação, do lucro apurado no exercício, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 (deduzido ou acrescido, *pro rata die* de eventuais movimentações ocorridas até 20 de dezembro de 2019, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), pagos em 20 de dezembro de 2019.

17. Receitas operacionais	07/03/2018 (data da constituição)	31/12/2019
Receitas metroviárias	372.858	106.897
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	33.914	14.124
Receita bruta	406.772	121.021
Impostos sobre receitas	(7.454)	-
Devoluções e abatimentos	(156)	-
Deduções das receitas brutas	(7.610)	-
Receita líquida	399.162	121.021

18. Resultado financeiro	07/03/2018 (data da constituição)	31/12/2019
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre debêntures	(49.174)	(37.738)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(14)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(346)	(159)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.409	-
	(48.125)	(37.897)

Receitas financeiras	07/03/2018 (data da constituição)	31/12/2019
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.489	2.673
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	22	-
Juros e outras receitas financeiras	20	-
	5.531	2.673
	(42.594)	(35.224)

**19. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia (CCR S.A.) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria**

	2019	2018
Compromisso de investimento (a)	69.469	71.455
(a) Referem-se a melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPC-Fipe, respectivamente, até a data da última atualização da tarifa. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.		
<b>c. Obrigações com poder concedente:</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>		
Outorga variável	414	216
Verba de fiscalização	414	216
	828	432

**21. Demonstração dos fluxos de caixa: a.** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. **b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures	JCP e pagar	Capital social	Total
Saldo Inicial	(625.016)	-	(68.975)	(693.991)
<b>Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Pagamento de juros	43.235	-	-	43.235
Dividendos intermediários e JCP pagos	-	46.352	-	46.352
Integralização de capital	-	-	(20.025)	(20.025)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	43.235	46.352	(20.025)	69.562
<b>Outras variações</b>				
Despesas com juros, variação monetária	(49.174)	-	-	(49.174)
Constituição dividendos a pagar e destaque de JCP	-	(46.352)	-	(46.352)
<b>Total das outras variações</b>	(49.174)	(46.352)	-	(95.526)
Saldo Final	(630.955)	-	(68.900)	(719.955)

**22. Eventos subsequentes: • Coronavírus:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo. Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora CCR, em 21 de março de 2020, a Companhia verificou no período de 13 a 19 de março de 2020, uma redução de passageiros de 19,6% em relação a igual período do ano anterior. Por outro lado, verificou no período de 1º de janeiro a 19 de março de 2020, aumento do fluxo de passageiros de 15,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Composição do Conselho de Administração	
Luis Augusto Valença de Oliveira	Conselheiro
Luciano José Porto Fernandes	Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro
Igor de Castro Camillo	Conselheiro
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Conselheiro
Composição da Diretoria	
Francisco Pierrini	Diretor Presidente
Maurício Dimitrov	Diretor
Contador	
Hélio Aurélio da Silva	
CRF 129452/O-3	

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. - São Paulo - SP.  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

	2019		2018			
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	103	-	-	1.109	-	-
Aplicações financeiras	90.504	-	-	74.920	-	-
Contas a receber	-	8.879	-	-	19.635	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	166	-	-	112	-
Dividendos a receber	-	3.449	-	-	383	-
<b>Passivos</b>						
Debêntures (a)	-	-	(630.955)	-	-	(625.016)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(15.831)	-	-	(5.031)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(836)	-	-	(684)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(828)	-	-	(432)
	90.607	12.494	(648.450)	76.029	20.130	(631.163)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos, aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com a recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas e dividendos a receber** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalente aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com características exclusivas. • **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019	2018
Valor contábil	634.065	630.398
Valor justo	647.017	645.211

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir: Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloom-

berg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2019	2018
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	90.504	74.920

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Efeito em R\$ no resultado					
	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)(4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI (2)	Abril de 2021	634.065	(39.322)	(46.389)	(53.455)
Aplicação financeira (CDB) (5)	CDI (2)		90.504	2.669	3.337	4.002
<b>Efeito líquido</b>				(36.653)	(43.052)	(49.453)
<b>As taxas de juros consideradas foram (1):</b>	CDI (2)			4,40%	5,50%	6,60%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável. (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2019 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

**20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão; a. Compromissos com o Poder Concedente: Outorga variável:** Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.531 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2018). **b. Compromissos relativos às concessões:** A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da concessionária:





CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.	
<p>continuação</p> <p>distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</li> <li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e</li> </ul>	<p>a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> <li>• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos</li> </ul> <p>responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 26 de março de 2020                  KPMG Auditores Independentes                  CRC 2SP014428/O-6</p> <p>Fernanda A. Tessari da Silva                  Contadora CRC 1SP25905/O-2</p>

### HOSPITAL ALVORADA TAGUATINGA LTDA.

CNPJ/MF nº 08.100.676/0001-69

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 20 de março de 2020. A Administração.

#### BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo circulante</b>	<b>260.245</b>	<b>154.192</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>175.244</b>	<b>150.926</b>
Caixa e equivalente de caixa	3.695	2.049	Obrigações com pessoal	56.229	46.391
Contas a receber	218.044	132.259	Fornecedores	65.946	64.043
Estoques	17.619	11.129	Tributos	28.132	18.950
Créditos tributários	15.215	2.263	Investimentos a liquidar	21.178	18.785
Adiantamento a funcionários e fornecedores	3.373	5.826	Adiantamento de clientes	3.389	1.715
Outros créditos	2.299	666	Outros débitos	370	1.042
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.249.009</b>	<b>1.168.210</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>51.182</b>	<b>42.236</b>
Depósitos judiciais	4.463	1.642	Investimentos a liquidar	14.256	9.853
Impostos diferidos	113.015	104.037	Provisão para riscos judiciais	33.908	29.541
Outros créditos	7.250	7.304	Outros débitos	3.018	2.842
Investimentos	492.643	461.155	<b>Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>1.282.828</b>	<b>1.129.240</b>
Imobilizado	622.272	583.230	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.221.128</b>	<b>1.037.090</b>
Intangível	9.366	10.842	Capital social	1.399.284	1.213.534
<b>Total do ativo</b>	<b>1.509.254</b>	<b>1.322.402</b>	Resultado de operações com acionistas não controladores	2.652	2.689
			Prejuízos acumulados	(180.808)	(179.133)
			Adiantamento para futuro aumento de capital	61.700	92.150
			<b>Total do passivo</b>	<b>1.509.254</b>	<b>1.322.402</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

	Capital	Resultado de operações com acionistas não controladores	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.171.384</b>	-	<b>(170.400)</b>	<b>1.000.984</b>	<b>4.550</b>	<b>1.005.534</b>
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	129.750	129.750
Aumento de capital social	42.150	-	-	42.150	(42.150)	-
Ganho na variação percentual investimento	-	2.689	-	2.689	-	2.689
Prejuízo do exercício	-	-	(8.733)	(8.733)	-	(8.733)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.213.534</b>	<b>2.689</b>	<b>(179.133)</b>	<b>1.037.090</b>	<b>92.150</b>	<b>1.129.240</b>
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	155.300	155.300
Aumento de capital social	185.750	-	-	185.750	(185.750)	-
Perda na variação percentual investimento	-	(37)	-	(37)	-	(37)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.675)	(1.675)	-	(1.675)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.399.284</b>	<b>2.652</b>	<b>(180.808)</b>	<b>1.221.128</b>	<b>61.700</b>	<b>1.282.828</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

**1. Contexto Operacional.** Hospital Alvorada Taguatinga Ltda. ("HAT" ou "sociedade") é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede na rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 8º andar (parte) – Torre B. Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por finalidade a prestação de serviços médico-hospitalares e a participação no capital de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro

de 2019 e 2018 são apresentados em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), em conformidade com as práticas e políticas contábeis da controladora da Sociedade, Amil Assistência Médica Internacional S.A.

#### DIRETORIA

Jacques Jean Daniel Coudry  
Administrador

#### CONTADOR

Maria Lucia Guilherme de Brito  
CRC nº 1 RJ 088.050/O S-SP

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes e encontram-se à disposição na sede da Sociedade.

### Biobase Alimentação Animal Ltda.

CNPJ nº 12.401.698/0001-36

#### Relatório da Administração

Prezados Senhores Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da Biobase Alimentação Animal Ltda., dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemos-nos.

Balancos Patrimoniais - Em Milhares de Reais		2019	2018	Passivo e patrimônio líquido		2019	2018	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
<b>Ativo/circulante</b>	<b>9.753</b>	<b>10.535</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>4.040</b>	<b>4.435</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.656	2.221	Fornecedores	2.410	2.710	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(164)	1.416	
Clientes	2.385	4.244	Salários e obrigações sociais	557	555	Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Estoques	4.413	3.019	Obrigações tributárias	530	525	Constituição (reversão) das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	81	(135)	
Impostos e contribuições a recuperar	1.205	892	Provisões de férias e encargos	351	380	Reversão da provisão para demandas judiciais	-	(22)	
Adiantamentos	22	41	Adiantamento de clientes	161	236	Depreciações e amortizações	550	524	
Outros créditos	72	118	Outras obrigações	31	29	Valor residual das baixas do ativo imobilizado	103	166	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>10.475</b>	<b>10.304</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.746</b>	<b>1.798</b>	Tributos diferidos	(72)	(83)	
Realizável a longo prazo	-	-	Tributos diferidos	1.708	1.760	Resultado do exercício ajustado	498	1.866	
Tributos diferidos	50	30	Provisão para demandas judiciais	38	38	Variações em:			
Depósitos judiciais	-	38	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14.442</b>	<b>14.606</b>	Clientes	1.778	(594)	
Imobilizado	10.425	10.236	Capital social	12.026	12.026	Estoques	(1.394)	876	
<b>Total do ativo</b>	<b>20.228</b>	<b>20.839</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	5.408	5.574	Impostos e contribuições a recuperar	(313)	(299)	
			Prejuízos acumulados	(2.992)	(2.994)	Adiantamentos	19	3	
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>20.228</b>	<b>20.839</b>	Outros ativos	84	(109)	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(164)</b>	<b>1.416</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	Fornecedores	(300)	(269)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	166	166	<b>Receita operacional líquida</b>	<b>37.706</b>	<b>38.002</b>	Salários, obrigações sociais e férias	(27)	213	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2</b>	<b>1.582</b>	<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(31.315)</b>	<b>(30.673)</b>	Obrigações tributárias	5	(1.385)	
			<b>Lucro bruto</b>	<b>6.391</b>	<b>7.329</b>	Adiantamento de clientes	(75)	(112)	
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>	<b>Despesas operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
<b>Saldos em 1º/01/2018</b>	<b>12.026</b>	<b>5.740</b>	<b>(4.576)</b>	<b>13.190</b>	<b>Receita operacional líquida</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(4.820)</b>	<b>(4.190)</b>	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(166)	166	-	<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>(1.644)</b>	<b>(1.449)</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	1.416	1.416	<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>Outras receitas operacionais líquidas</b>	<b>67</b>	<b>47</b>	
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>12.026</b>	<b>5.574</b>	<b>(2.994)</b>	<b>14.606</b>	<b>(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>(6.397)</b>	<b>(5.592)</b>		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(166)	166	-	<b>Despesas operacionais</b>	<b>(6)</b>	<b>1.737</b>		
Prejuízo do exercício	-	-	(164)	(164)	<b>Despesas financeiras</b>	<b>232</b>	<b>456</b>		
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>12.026</b>	<b>5.408</b>	<b>(2.992)</b>	<b>14.442</b>	<b>Despesas financeiras</b>	<b>(179)</b>	<b>(213)</b>		
					<b>Despesas financeiras</b>	<b>53</b>	<b>243</b>		
					<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>47</b>	<b>1.980</b>		
					Correntes: Imposto de renda	(203)	(466)		
					Contribuição social	(80)	(181)		
					Diferidos: Imposto de renda	45	53		
					Contribuição social	27	30		
					<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(164)</b>	<b>1.416</b>		
					<b>(Prejuízo) lucro por cota do capital</b>	<b>(0,99)</b>	<b>8,52</b>		

As Demonstrações Financeiras completas, com as respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes encontram-se a disposição dos Sócios na sede da Sociedade.

